

Uma experiência de inclusão produtiva de jovens na Cidade de Deus

Helois Helena A. Borges Q. Gonçalves, doutora em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Solidariedade Técnica, heloborgesq@uol.com.br;

André Luiz Marques, graduando em engenharia mecânica - UFRJ e bolsista PIBEX/UFRJ, marques.andreluiz@gmail.com;

Sidney Lianza, doutor em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ e coordenador Geral do SOLTEC, sidneylianza@uol.com.br;

Luiz Henrique Costa, doutor em letras/UFRJ e Integrante do Núcleo UFRJmar, luizhcosta@uol.com.br;

Abstract

*This communication describes a field experience of researchers of extension of the Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec / UFRJ). The focus is an experience of the process of implantation of the politics of the productive inclusion of young of the Ministry of Social Development and Combat to the Hunger (MDS) in Cidade de Deus. It analyzes the partial results resultant from the lessons learned in the Phase of Implementation of the project of productive inclusion of young between 16 the 29 years for a solidarity economy imbued with the economy of communion in Cidade de Deus. The analysis picture is the approach of the social capital, the foundations of the solidarity economy and economy of communion and the agreed participated method. Finally, it announces through a visual metaphor a productive inclusion proposition of young entitled of **solidarity education technique citizen**.*

Keywords: productive inclusion; economy of communion, solidarity economy, solidarity education, work organization.

Resumo

*Esta comunicação descreve uma experiência de campo de pesquisadores extensionistas do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ). O foco é a experiência do processo de implantação da política de inclusão produtiva de jovens do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na Cidade de Deus. Analisa os resultados parciais decorrentes das lições aprendidas na fase de implementação do projeto inclusão produtiva de jovens entre 16 a 29 anos por uma economia solidária imbricada com a economia de comunhão na Cidade de Deus. O quadro de análise é a abordagem do capital social, fundamentos da economia solidária e economia de comunhão e o método participativo consensuado. Por fim, anuncia por meio de uma metáfora visual uma proposta de inclusão produtiva de jovens intitulada de **educação solidária técnica cidadã**.*

Palavras-chave: Inclusão Produtiva; Economia de Comunhão; Educação Solidária; Inclusão produtiva, Organização do Trabalho.

1. Introdução

Em 01/12/2005 foi publicado no Diário Oficial da União (DO), “*somente Instituições de Ensino Superior Públicas e Comunitárias pré-qualificadas como agências implementadoras poderiam apresentar projetos com vistas a cooperação técnica e financeira, no âmbito do Projeto PNUD/BRA/05/028*”.

Um ano depois, fevereiro de 2006, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), publicou a chamada do Edital do Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 11 de maio de 2006, o ministro Patrus Ananias e o representante do PNUD no Brasil, Lucien Muñoz e reitores de 38 universidades federais que tiveram projetos aprovados pelo Edital assinaram os convênios para a destinação de R\$ 8 milhões para implantação de projetos de geração de trabalho e renda. Os recursos foram destinados para projetos de inclusão produtiva de jovens, desenvolvidos por universidades dentre eles 16 oriundos da região Sudeste; oito do Nordeste; oito do Sul; três do Norte; e três para o Centro-Oeste. O prazo máximo para integralizar os projetos foi estabelecido em 12 meses sen do que 10 meses com financiamento do PNUD.

Assim, universidades públicas e comunitárias pré-qualificadas no Diário Oficial da União (DO, 01/12/2006) de *agências implementadoras* assumiram mais um papel no campo da promoção social e diretamente vinculado a extensão universitária e a flexibilização curricular (Lei 10172). Além disso, abriu-se espaço, no âmbito produtivo, para o fortalecimento das redes de economia solidária e desenvolvimento de unidades produtivas prioritariamente aquelas organizadas em forma de associativismo, cooperativismo, autogestão e concretizou-se um estímulo às práticas sustentáveis de produção, beneficiamento e comercialização da produção. E, um campo de possibilidades emergentes de ampliar e valorizar o serviço e ação/intervenção das incubadoras populares universitárias.

No âmbito do relacionamento universidade - comunicade potencializou-se oportunidades de revitalização de práticas e saberes populares e promoção da cultura tradicional, orientação e capacitação específica para a identificação e desenvolvimento de habilidades direcionadas para a inserção no mundo do trabalho, qualificação profissional, gestão, produção e construção de projeto de vida. E, no âmbito do Plano Nacional de Extensão (1999, Área Temática: Trabalho), viabilizou-se a aplicação de recursos para o desenvolvimento de organizações populares para o trabalho e inclusão social.

No âmbito relações institucionais governo-universidade (Edital, Convênio, Extensão Universitária) por meio de regras previamente bem definidas pelos técnicos do MDS e tudo dentro de ética da responsabilidade - ação racional referida a fins - e dentro de um processo de adaptação meios/fins e ainda dentro de um critério de racionalidade funcional.

A princípio poderia se esperar que com a integralização dos projetos aprovados, implementados e implantados a política pública criaria vida: regras cumpridas, recursos financeiros alocados, público destinatário qualificado e beneficiado, abordagens metodológicas de campo escolhida e geração e difusão de conhecimento a partir dos resultados das experiências.

Contudo, caberia uma pergunta estaria salvaguardado o problema das implicações dos projetos de natureza socio-assistencialista pontuais em territórios de risco social resolvido? Haveria desenvolvimento de IDH, redistribuição de renda, justiça social, inclusão produtiva, trabalho, geração de renda, auto-estima e vínculos familiares no território objeto de intervenção num processo histórico de um ano?

É sobre o processo e resultados da fase de implementação que se debruça esta comunicação. No campo teórico, o planejado nesta fase parecia viável e sob controle do contexto burocrático e influência da ética da responsabilidade (orientação weberiana). Todavia, no campo da prática poderia não ser bem assim, pelo menos foi o que se apresentou na experiência em foco e em curso extensionista de ação social e de solidariedade técnica.

Cabe adiantar que pesquisadores e atores locais ora agiram ou se comportaram sob o imperativo da responsabilidade da razão funcional/instrumental. Ora agiram e se comportaram sob a ação racional referida a valores sob o critério da racionalidade substantiva e orientação valorativa. Ora agiram pela ética popular "*farinha pouca meu pirão primeiro*".

A questão de pesquisa que se construiu a partir do processo de implementação do projeto indaga: *Como se implanta(ou não) um núcleo de trabalho e ofício gerido por jovens entre 16 a 29 anos sob as bases da economia solidária imbricada com a economia de comunhão num contexto social acometido por altos índices de violência e vulnerabilidade social ?*

2. Breve Revisão Conceitual

Para interpretar os porquês resultantes da implementação do projeto inclusão produtiva se pode recorrer às abordagens do Capital Social e Bloqueio Institucional. Tais abordagens afirmam que elaborar e gerir um projeto não significa e não garante a afirmação das forças vivas do território. Além disso, os arranjos institucionais não se fazem à revelia das estruturas sociais, mas antes o contrário: seus limites e contornos só podem ser entendidos quando reportados a elas. Ou seja, mais do que conhecer a cultura de um território importaria compreender as estruturas sociais a elas correspondentes e como estas estruturas se traduzem nas instituições que regulam e orientam os comportamentos individuais e coletivos. Segundo PUTNAM(2002), capital social é a posse de uma rede de relações mais ou menos duráveis que podem ser mobilizadas com direção a determinados fins. O Capital Social se apresenta sob a “forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, gerando a cooperação voluntária”.

A economia de comunhão-EdC é a forma de produção consumo e distribuição de renda centrada na cultura da partilha, de modo heterogerido ou autogerido, tendo como finalidade a fraternidade universal. Inclui, beneficiários/destinatários, na partilha do lucro ou sobras, que não contribuíram diretamente no processo produtivo das empresas ou cooperativas. Os destinatários da EdC são os pobres porém não se trata de filantropia ou caridade pois os beneficiários(pobres) são incluídos no projeto ao colocar em comum a sua necessidade e tão logo tenham condições também participam da comunhão de bens do projeto de EdC. A comunhão de bens é prática de 60 anos no âmbito do movimento dos focolares de onde surge a economia de comunhão. A comunhão de bens inclui a partilha de bens relacionais e não apenas valor monetário (<http://www.edc-online.org/br/storia.htm>).

A economia solidária-Ecosol é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista além de processos colaborativos e solidários, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

3. Metodologia

A abordagem metodológica do projeto foi ancorada na metodologia participativa consensuada. O método participativo foi aplicado utilizando três **Papéis Participativos**:

a) Facilitadora “invisível”: Durante as Oficinas a pesquisadora observou as reações dos presentes, ouviu os conteúdos dos debates e fez anotações, construiu Legos(encaixes) a partir daquelas vozes e deliberações nos sub-grupos e no coletivo e quando necessário entrevistou e administrou conflitos interpessoais fornecendo esclarecimentos;

b) Integrantes nas Oficinas (vozes): Durante as Oficinas nos subgrupos pessoas envolvidas no projeto argumentaram entre si sobre as questões (realidades) e situações do território da Cidade de Deus e fora dele. As questões foram colocadas pelo instrumento mediador(Legos/PowerPoint). Os participantes deliberaram nos subgrupos e no grupão por meio do consenso.

c) Observadores Participantes não fixos: Durante as Oficinas as pessoas que eventualmente estavam presentes se integraram na dinâmica do método participativo consensuado.

O processo de implantação do projeto inclusão produtiva de jovens foi dividido em etapas metodológicas inter-relacionadas conforme pode-se visualizar no Quadro II intitulado Sistema Metodológico (Anexo A). O sistema metodológico retrata uma configuração de como se pode implantar (ou não) um núcleo incubador de trabalho e ofício sob as bases da economia de comunhão imbricada com a economia solidária. Um sistema de avaliação e monitoramento do andamento do projeto realizou uma avaliação de mérito e relevância com a presença de consultor externo e duas avaliações emancipatórias internas realizadas no âmbito do Núcleo de Solidariedade Técnica, além de 59 avaliações com foco no conforto, desconforto e lições aprendidas durante o término de realização de cada uma das oficinas.

4. Análise de Resultados parciais

Na análise da experiência foi utilizado o quadro de referência de capital social e bloqueio institucional e fundamentos da economia de comunhão e da economia solidária, optamos por não detalhar nesta comunicação o passo a passo da análise e sim descrever o processo e o que levou a interpretação e identificação dos entraves e gargalos descritos a seguir.

- Prazo de 10 meses para a integralização das metas do Projeto se mostrou inadequado ao método de abordagem participativa consensuada;
- Cultura local;(assistencialismo, radicais partidários, individualismo, igrejas)
- Experiências insatisfatórias anteriores dos atores locais com políticos oportunistas;
- Interpretações auto-referenciadas dos atores locais na tradução do Método;
- “Não reconhecemos [a segunda auditoria] do MDS”; “Vamos congelar a indicação dos beneficiários”; “ Vamos discutir em outra instância se esse projeto é bom ou não para a Cidade de Deus “; “ Houve desvio do método”; “ Que método participativo é esse?”; “Irresponsabilidade moral é não cumprir com o que estava acordado no projeto”.
- Prerrogativas confundidas com direitos adquiridos;
- No território da Cidade de Deus há organizações não governamentais que recebem ajuda financeira internacional e há indícios de que no território se um jovem está num projeto não pode participar de outro projeto. Também há indícios de que os jovens mudam de um projeto para outro conforme o valor da recompensa monetária.
- Esperar que as instituições do território indicassem jovens para participar de projeto de promoção inclusiva sem oferecer bolsas auxílio foi problemático entretanto os jovens que passam pela Educação técnica Cidadã não recebem qualquer tipo de remuneração.
- Gerar estresse do lugar de facilitadora invisível;
- Gerar estresses entre os participantes durante a dinâmica do Método Participativo.;
- Gerar disputas personalísticas de auto-afirmação e busca do poder.
- Desvendar intenções não colaborativas.
- Desvendar ações transvertidas de boas intenções.
- Causar desconfortos pessoais na medida em que ficaram desnudas indícios das mazelas da cultura local e de instituições locais.
- Causar desequilíbrios na suposta estabilidade das relações entre os atores da comunidade
- Causar insatisfações pessoais na transição da fase de implementação para a fase de implantação.
- Intensificar a responsabilidade da Universidade

As lições aprendidas decorrentes da análise.

- Não separar a concepção do projeto do orçamento financeiro.
- Buscar as informações gerenciais na fonte de primeira mão (financiador).
- Não retardar a prestação de contas do uso do recurso para a comunidade.
- Estabelecer salvaguardas por meio de instrumentos contratuais sejam financeiros, sejam gerenciais, sejam metodológicos.
- Definir critério hora/trabalho adequado às necessidades do projeto (banco de horas/trabalho/atividades do projeto).
- Material de apoio de campo de qualidade e com durabilidade.
- Avisar com mais intensidade aos atores locais que o cumprimento das tarefas dentro do prazo é objeto de avaliação de desempenho e impacta na permanência ou afastamento da pessoa no projeto.
- O processo participativo consensuado há risco de gerar democratismos.
- Prerrogativas podem ser traduzidas como direitos adquiridos.
- Poder não se divide se perde, todavia poder relacional é uma relação dialógica e requer maturidade, cultura da partilha e maturidade de capital social.
- Não listar nomes e sim funções da equipe de execução do projeto em comunidades carentes.
- Deixar claro para os atores locais que Projeto não é estático e sofre alterações plurais quando implementado e implantado.
- Colocar por escrito as funções e responsabilidades e a possibilidade de rompimento do contrato de compromisso por ambas as partes a qualquer momento.
- Alocar bolsa para atores da comunidade é problemático deve ser evitado.
- Ajuda de custo como bolsa auxílio, passagem, alimentação deve ser correspondente aos critérios definidos por experiência na comunidade, titulação, notório saber e carga horária/trabalhada.
- Economia solidária e economia de comunhão podem ser úteis para promoção de mudanças transformadoras em comunidades em condições de vulnerabilidade social.

5. Conclusões parciais

No processo de implementação do projeto na Cidade de Deus há indícios de distanciamentos e aproximação da solidariedade e confiança e sinais de aproximação do conceito de Bloqueio Institucional. Também há indícios da presença de valores no âmbito da dinâmica de implementação do projeto que tendem a reforçar a intensidade do auto-interesse e do individualismo na cultura local. Tais indícios se mostram incongruentes com os valores e princípios da economia solidária e da economia de comunhão escolhidas como bases para a inclusão produtiva de jovens no território da Cidade de Deus.

Uma conclusão parcial da análise da experiência é que a cultura local do território da Cidade de Deus influiu, mas, não determinou a constituição de um espaço de poder relacional entre os pesquisadores e atores locais. Em tal espaço há pistas de que o espaço gerador (diálogo) da presença do “Entre” (proposição buberiana) não foi suficiente para estreitar laços de aproximação de solidariedade e de confiança entre os envolvidos no projeto. O “entre” buberiano nesta experiência pode significar um gargalo porque pode ser traduzido como a relação trinitária entre a ética da responsabilidade, ética da convicção e a ética popular “*farinha pouca meu pirão primeiro*”, sendo que a terceira impacta negativamente nos

fundamentos da economia de comunhão e na economia solidária e assim os laços de confiança e solidariedade podem ficar frouxos ou comprometidos.

O “X” da questão é que às tentativas de mobilizar o capital social do território da Cidade de Deus se contrapõem uma série de bloqueios tanto pessoais quanto institucionais, que se apresentaram sob a forma de indisposições pessoais e em separações institucionais gerando conflitos, constringendo e condicionando objetivamente a Fase de Implementação. E, com isso, o surgimento das virtudes sociais necessárias para se alcançar os objetivos do projeto ficaram comprometidas e desestabilizaram as bases para um contexto propício à economia solidária e a economia de comunhão.

Embora haja sinais do afloramento da ética da convicção nos atores locais, as 49 Oficinas de pesquisa-ação na fase de implementação não foram suficientes para a inclusão de um número significativo de jovens, pois a ética popular “*farinha pouca meu pirão primeiro*” se fez presente nas evidências das não respostas de integrantes do grupo implementador que deveriam motivar e localizar jovens da comunidade para participar do projeto. Para exemplificar, uma dirigente da ONG que foi indicada como co-gestora do projeto pelos quatro jovens que participaram da fase de concepção, conforme exigência do Edital BRA/05/028 do PNUD/MDS, não indicou os mesmos para participarem do projeto inclusão produtiva de jovens.

Após um ano do processo de organização e implantação do trabalho o projeto conta com 54 jovens inscritos, todavia as oficinas de educação solidária técnica e cidadã conta em média com 17 jovens, por isso a presença dos beneficiários/destinatários nas oficinas ainda é instável.

Uma conclusão parcial que se chega é que a organização do trabalho para se implantar um projeto de promoção da inclusão produtiva de jovens sem capital social amadurecido em território com disputas plurais é tarefa complexa de aprendizagem.

Todavia, não se perdeu a esperança de que a configuração metafórica do Núcleo incubador de Trabalho e Ofício, a seguir, venha a ser uma realidade objetiva na Cidade de Deus.



Figura 1: Núcleo Incubador de Trabalho e Ofício
Sócio- invisível (Deus)

S- mundo do sistema(Habermas)

V- mundo da vida (Habermas)

Cultura da partilha - Um dos quatro aspectos essenciais da economia de comunhão.

Referências

BRUNI, Luigino. *Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão*; In: BRUNI Luigini (org). Economia de comunhão. Vargem Grande Paulista; Cidade Nova, 2002.

_____. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Editora Cidade Nova São Paulo, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Site: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60

FRANCO, A. *Capital Social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília, Millennium, 2001.

GONÇALVES, H.H.A.B. *A experiência dos pioneiros da economia de comunhão na liberdade no primeiro decênio no Brasil(1991-2001): Absurdo e Graça da mudança de mentalidade do empresário*. Tese de doutorado apresentada ao programa de engenharia de produção da COPPE/UFRJ. Março de 2005.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro. NAPE, UERJ, 2001.

PROJETO INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS POR UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CIDADE DE DEUS. Apresentado pelo SOLTEC/UFRJ respondendo à chamada do Edital PNUD BRA/05/028, em fevereiro de 2006.

PUTNAM, R.D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*; tradução Luiz Alberto Monjardim. 3 ed. R.J., FGV, 2002.

